

Donaldo Armelin

Embargos de Terceiro

Atualizadores

Ana Paula Chiovitti

João Paulo Hecker da Silva

Lúcio Delfino

Luiz Eduardo Ribeiro Mourão

Mirna Ciani

Rita Quartieri

2017

saraiva  *jur*

ISBN 978-85-472-1280-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato**Presidente** Eduardo Mufarej**Vice-presidente** Claudio Lensing**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin**Conselho editorial****Presidente** Carlos Ragazzo**Consultor acadêmico** Murilo Angeli Dias dos Santos**Gerência****Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller**Concursos** Roberto Navarro**Legislação e doutrina** Thais de Camargo Rodrigues**Edição** Eveline Gonçalves Denardi

Verônica Pivisan Reis

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Guilherme H. M. Salvador

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Mônica Landi

Surane Vellenich

Tatiana dos Santos Romão

Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Microart Design Editorial**Comunicação e MKT** Elaine Cristina da Silva**Capa** IDÉE arte e comunicação**Produção gráfica** Marli Rampim**Impressão e acabamento** Gráfica Paym

Armelin, Donaldo

Embargos de terceiro / Donaldo Armelin ; atualizações de
João Paulo Hecker da Silva... [et al.]. – São Paulo : Saraiva,
2017.1. Processo civil - Brasil 2. Embargos (Direito) - Brasil. I.
Título. II. Silva, João Paulo Hecker da.

16-0943

CDU 347.952.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Processo civil - Brasil 347.952.5
2. Embargos (Direito) - Brasil 347.952.5**Data de fechamento da edição: 31-3-2017**Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602445 CAE 603607

SUMÁRIO

<i>Atualizadores</i>	5
<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Nota dos Atualizadores</i>	13
<i>Prefácio</i>	15
<i>Apresentação</i>	17
<i>Introdução</i>	21
 CAPÍTULO 1. Os embargos de terceiro no sistema processual	 25
1.1. Os terceiros e o processo	25
1.2. Os limites da atividade jurisdicional	26
1.3. Os terceiros em face do processo alheio	27
1.4. Os desbordamentos da atividade judiciária não jurisdicional	29
1.5. O desbordamento da atividade jurisdicional	31
1.6. Os terceiros em face da sentença prolatada em processo alheio	32
1.7. Os terceiros em face de atos constitutivos emergentes de processo alheio	34
1.8. A intervenção de terceiros	36
1.9. Embargos de terceiro e intervenção de terceiros	40
1.10. O perfil do terceiro	41
1.11. O terceiro embargante	44
1.12. Embargos de terceiro e formas afins de tutela de direitos de terceiro no processo civil	46
1.12.1 Oposição	46
1.12.2 Recurso de terceiro	48
1.12.3 Mandado de segurança	50
1.13. Embargos de terceiro e leis extravagantes	54
1.13.1. Embargos de terceiro e execuções especiais	54
1.13.2. Embargos de terceiro e o direito falimentar	56

1.14. Embargos de terceiro e jurisdições não civis	58
1.14.1. Os embargos de terceiro e o processo trabalhista	58
1.14.2. Os embargos de terceiros e o processo penal	60
1.15. Síntese	63
CAPÍTULO 2. ESCORÇO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS EMBARGOS DE TERCEIRO	65
2.1. As origens romanas do instituto	65
2.2. O direito medieval	66
2.3. As Ordenações Afonsinas	68
2.4. As Ordenações Manuelinas	68
2.5. As Ordenações Filipinas.	69
2.6. O Regulamento n. 737	72
2.7. A Consolidação Ribas	77
2.8. A consolidação das leis referentes à Justiça Federal	79
2.9. Os códigos estaduais	80
2.10. O Decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938	85
2.11. O Código de Processo Civil de 1939	88
2.12. Síntese	95
CAPÍTULO 3. O DIREITO ESTRANGEIRO	97
3.1. O direito alemão	97
3.2. O direito francês.	102
3.3. O direito italiano	106
3.4. O direito português	114
3.5. Síntese	122
CAPÍTULO 4. OS EMBARGOS DE TERCEIRO NA DOGMÁTICA VIGENTE	125
4.1. Ação de embargos de terceiros	125
4.1.1. A denominação da ação.	125
4.1.2. A ubiquação dos embargos de terceiro	127
4.1.3. A disciplina legal dos embargos de terceiro	128
4.1.4. A finalidade e abrangência dos embargos de terceiro	131
4.1.5. Conceito de embargos de terceiro	136
4.1.6. Classificação da ação de embargos de terceiro	138
4.2. A admissibilidade dos embargos de terceiros.	151

4.2.1. Generalidades.	151
4.3. Os pressupostos processuais.	153
4.3.1. Órgão julgante competente e imparcial.	154
4.3.2. As partes.	160
4.3.3. A citação.	165
4.3.4. A petição inicial.	171
4.3.5. Capacidade postulatória.	177
4.3.6. Coisa julgada, litispendência e perempção.	179
4.3.7. Compromisso arbitral.	182
4.4. As condições da ação.	184
4.4.1. A possibilidade jurídica do pedido.	185
4.4.2. A legitimidade <i>ad causam</i>	188
4.4.2.1. Legitimidade ativa.	193
4.4.2.1.1. O terceiro legitimado.	193
4.4.2.1.2. A parte equiparada ao terceiro.	202
4.4.2.1.3. O cônjuge na defesa de bens dotais, próprios, reservados ou de sua meação.	205
4.4.2.1.4. A posse do terceiro.	214
4.4.2.1.5. O terceiro possuidor nas ações de divisão ou de demarcação.	217
4.4.2.1.6. O credor com garantia real.	219
4.4.2.1.7. O titular de direitos.	220
4.4.2.1.8. O proprietário.	223
4.4.2.1.9. Legitimidade passiva.	225
4.4.2.1.10. Litisconsórcio.	230
4.4.3. O interesse processual.	232
4.4.3.1. A existência de ato de constrição judicial.	234
4.4.3.2. Os atos de constrição judicial.	237
4.4.3.3. A ameaça de atos constritivos.	245
4.4.3.4. A tempestividade dos embargos de terceiro.	247
4.4.3.5. O interesse processual do credor com garantia real.	252
CAPÍTULO 5. A FUNDAMENTAÇÃO DOS EMBARGOS DE TERCEIRO.	253
5.1. Generalidades.	253
5.2. A causa de pedir.	254
5.3. O pedido.	257

CAPÍTULO 6. MORFOLOGIA	261
6.1. O procedimento dos embargos de terceiro	261
6.2. A propositura da ação de embargos de terceiro.	262
6.3. A resposta do embargado	268
6.3.1. As exceções.	269
6.3.2. A reconvenção	270
6.3.3. A contestação	272
6.3.3.1. De embargos não lastreados em direito real de garantia	272
6.3.3.2. De embargos do credor com garantia real	274
6.4. A revelia	278
6.5. A intervenção de terceiros.	279
6.6. Crises processuais.	281
6.7. Incidentes processuais	283
6.8. A prova	284
6.9. Audiência	286
6.10. A sentença	288
6.11. A coisa julgada	290
6.12. Recursos	293
6.13. A execução	298
6.14. Honorários advocatícios	299
CAPÍTULO 7. CONCLUSÕES	301
<i>Bibliografia</i>	305